

ALTERAÇÃO PONTUAL DO PDM NO ÂMBITO DO RERAE RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DA DISCUSSÃO PÚBLICA (10 de Setembro de 2018)

ÍNDICE

1. Introdução
2. Tramitação do processo
3. Discussão Pública
- 3.1. Período de Discussão Pública e sua divulgação
- 3.2. Locais de consulta e documentos disponibilizados
- 3.3. Modo de participação
4. Análise e ponderação das participações e enquadramento de estudo de âmbito regional
5. Conclusão

1. Introdução

O presente documento constitui o Relatório de análise e ponderação das participações recebidas em sede de Discussão Pública relativa à proposta de alteração pontual do PDM no âmbito do Regime Excecional de Regularização das Atividades Económicas.

A sua elaboração e publicitação têm por objetivo dar cumprimento ao previsto no n.º 6 do artigo 89.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

Efetivamente, o artigo 89.º do referido diploma prevê a participação através da discussão pública e que corresponde a uma participação/audição dos cidadãos no procedimento de elaboração. É o momento previsto para que os interessados intervenham no procedimento de planeamento, apresentando reclamações, observações, sugestões ou pedidos de esclarecimento.

De acordo com o n.º 6 do artigo 89.º do mesmo diploma a Câmara Municipal pondera as reclamações, observações, sugestões e pedidos de esclarecimento apresentados pelos particulares, ficando obrigada a resposta fundamentada perante aqueles que invoquem:

- i) A desconformidade com outros instrumentos de gestão territorial eficazes;
- ii) A incompatibilidade com planos, programas e projetos que devam ser ponderados em fase de elaboração;
- iii) A desconformidade com disposições legais e regulamentares aplicáveis;
- iv) A eventual lesão de direitos subjetivos.

O presente relatório tem como objetivos:

- Dar conhecimento da tramitação do processo da discussão pública;
- Análise e ponderação das participações apresentadas pelos particulares durante este período;
- Apresentar as alterações a incluir na proposta alteração pontual do PDM no âmbito do Regime Excecional de Regularização das Atividades Económicas.

2. Tramitação do processo

Na reunião da Câmara Municipal de 30 de maio de 2018 foi deliberado dar início formal, ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 12.º do RERAE – DL 165 de 5 de novembro, de um procedimento de alteração do Plano Diretor Municipal por adequação nos termos do Regime Excecional de Regularização das Atividades Económicas.

Paralelamente designou o Senhor Presidente da Câmara Municipal como responsável pela direção do procedimento de alteração no qual é delegado o poder de direção do procedimento podendo praticar todos os atos e formalidades que sejam legalmente imprescindíveis, necessários ou convenientes à sua condução e conclusão, designadamente, promovendo a sua instrução e realização da discussão pública nos termos das normas legais aplicáveis;

Nesta reunião de câmara, deliberou ainda dispensar, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 5 de maio, conjugado com o disposto nos números 2 e 4 do artigo

12.º do RERA, a alteração ao Plano Diretor Municipal de procedimento de avaliação ambiental considerando que se trata da adequação de um instrumento de gestão territorial decorrente da deliberação de Conferências Decisórias no âmbito do RERA; Por último deliberou submeter, nos termos do n.º 1 do artigo 89.º do RJGT – DL 80/2015 de 14 de maio, com as devidas adaptações determinadas pelo n.º 2 do artigo 12.º do RERA, a discussão pública, pelo prazo de 15 dias a contar da data da publicação no Diário da República, do projeto de alteração ao plano diretor municipal bem como aprovar a minuta de aviso referente à deliberação sobre o procedimento de alteração e abertura do período de discussão pública relativa à alteração pontual do PDM no âmbito do Regime Excecional de Regularização das Atividades Económicas.

3. Discussão Pública

3.1. Período de Discussão Pública e sua divulgação

A Câmara Municipal deliberou em 30 de maio de 2018 proceder à abertura do período de Discussão Pública previsto nº1 do artigo 89.º do RJGT, com a duração de 15 dias úteis, a contar da data de publicação no Diário da República do respectivo Aviso, a qual permitiu que os interessados apresentassem as suas observações sugestões e pedidos de informação sobre a proposta em discussão.

A abertura do período de Discussão Pública e o respetivo modo de participação foi divulgada conforme documentos em anexo, através de:

- Publicação no Diário da República 2ª série de 21 de junho de 2018 através do Aviso nº 8443/2018
- Publicitação num jornal semanário de expansão regional
 - Diário da Região, de 29 de junho de 2018.
- Divulgação na página da internet do Município,

Face à data de publicação no Diário da República, o período de discussão pública decorreu entre os dias 22 de junho de 2018 e 12 de julho, tendo sido definido o prolongamento até ao dia 20 de julho por decisão superior (por mais 6 dias úteis) devido ao atraso na publicação no jornal periódico.

3.2. Locais de consulta e documentos disponibilizados

O processo referente à proposta Alteração pontual do PDM no âmbito do RERA – Regime Extraordinário de Regularização de Atividades Económicas encontrou-se disponível para consulta dos interessados nos seguintes locais:

- Divisão de Administração do Território Atividades Económicas e Comunicação (DATAEC) da Câmara Municipal de Alcochete, nos dias úteis das 9:30h às 12:00h e das 14:30h às 17:00h, no Largo de S. João em Alcochete;
- Sítio da Internet da Câmara Municipal de Alcochete (www.cm-alcochete.pt).

Foram disponibilizados para consulta os seguintes documentos:

- Atas das conferências decisórias incluindo pareceres das entidades envolvidas
- Peças escritas e desenhadas da proposta de alteração Pontual do PDM do âmbito do RERA, com incidência no Parque Industrial do Batel, Alcochete e na CM 1004 (Estrada Real) – Pinheiro do Marco, Alcochete, na sequência de processos requeridos respetivamente por Baluarte Lda. e Hortícolas Saturnino Lda.;
- Informação RM.015/2018/05/24 referente ao enquadramento processual e início do período de discussão pública da alteração do PDM para adequação ao RERA;
- Ata da reunião da Reunião de Câmara de 30 de maio com a aprovação do procedimento.

3.3. Modo de participação

Durante o período de discussão Pública os interessados puderam apresentar as suas reclamações, observações ou sugestões por:

- Escrito, dando entrada no expediente da Câmara Municipal;
- Correio registado para a morada do município;
- Correio eletrónico: dataec@cm-alcochete.pt.

4. Análise e ponderação das participações e enquadramento de estudo de âmbito regional

Durante o período de discussão pública para a proposta de Alteração pontual do PDM no âmbito do RERA – Regime Extraordinário de Regularização de Atividades Económicas, deu entrada por mail uma participação:

- Participação única – participação apresentada em 12-Julho-2018 em nome de Baluarte – Sociedade de Recolha de Resíduos e Recuperação de Desperdícios. Em síntese apresenta diversas observações e sugestões de alteração conforme documento em anexo, com incidência nas seguintes questões:

- a) Sobre a alteração da designação social:

Considerando que todo o procedimento anterior relativo à regularização efectuada ao abrigo do DL 165/2014 de 5 de novembro (RERAE) sob coordenação da CCDR-LVT foi registado em nome de Baluarte Lda. e que as regras previstas no PDM referem-se às acções no território independentemente do titular ou proprietários, julgamos que esta alteração da designação social não terá influência na validação final na alteração ao PDM, uma vez que se trata de uma alteração no seguimento da deliberação favorável ou favorável condicionada no âmbito do RERAE. Todavia sugere-se que neste caso o nome de Baluarte seja complementado com a actual designação: "BALUARTE – Sociedade de Recolha e recuperação de desperdícios, Lda., actualmente designada por SAICA NATUR PORTUGAL, Lda."

b) Sobre o condicionamento aplicável ao sistema de pré-tratamento de águas:

Na exposição apresentada, as definições de "águas pluviais" e de "águas residuais" está clara e responde aos conceitos que a CMA entende sobre o presente caso. Efetivamente "as águas pluviais recolhidas no separador de hidrocarbonetos provenientes da área impermeabilizada transformam-se em águas residuais a rejeitar nos coletores municipais e posteriormente no meio hídrico", o que no nosso entender não levanta qualquer contradição. Todavia, considerando que a alteração pontual ao PDM deverá transcrever as disposições definidas da deliberação favorável ou favorável condicionada no âmbito do RERAE, a solução de remeter simplesmente para as condições impostas na respectiva conferência decisória parece-nos insuficiente pelo que se deverá seguir parcialmente a sugestão apresentada. Já uma alteração com referência à "edificação" conjuntamente à "utilização e afectação total ou parcial na área que compõe o polígono do estabelecimento delimitado pelas coordenadas referidas" parece-nos que extravasa a decisão definida na conferência decisória no âmbito do RERAE.

c) Sobre o âmbito e aplicação no tempo:

É intenção da CMA que o corpo do regulamento do PDM (novo artº 20ºA) enquadre os eventuais processos ainda em curso e que ainda não tenham obtido decisão de favorável ou favorável condicionada na respectiva conferência decisória. Parece-nos que haverá sempre um procedimento de alteração pontual ao PDM, e que nos futuros casos se revista apenas na introdução de novas localizações e identificação nas plantas de ordenamento, e de condicionantes bem como novas referências no anexo I do regulamento. Deste modo julgamos que a sugestão apresentada complementa esta intenção de enquadramento de futuros casos principalmente para os processos iniciados após a data de publicação da alteração pelo que julgamos ser de aceitar o articulado proposto para o artigo 5º.

d) Sobre a renumeração do articulado:

Efetivamente, verifica-se um lapso na numeração do articulado que importa corrigir.

Paralelamente, importa considerar os estudos mais recentes em curso para a acessibilidade ao novo aeroporto na BA6- Montijo, onde se prevê que a via EM1004 seja constituída como uma via estruturante na futura rede viária e que seja alargada no seu perfil transversal, devendo garantir-se o afastamento das edificações e muros de vedação ao eixo da via de modo a verificar uma faixa adjacente adequada à sua implantação.

Deste modo, ainda que o actual PDM em vigor defina a dimensão de 20m para a faixa adjacente em vias Municipais Principais, considerando as edificações existentes, o âmbito do RERAE e o seu carácter excepcional, poderá admitir-se no caso do processo localizado na EM1004, o afastamento ao eixo da via de 10m para as edificações, exigindo uma nova a condição de afastamento face à inicialmente prevista na respectiva conferência decisória. O muro de vedação mantém-se no alinhamento dos muros contíguos.

5. Conclusão

De acordo com o previsto no nº6 do artigo 89º do RJIGT, findo o período de discussão pública, a Câmara municipal divulgará, designadamente através da publicação respetiva página da Internet, os respetivos resultados.

Assim sendo, a proposta de Alteração pontual do PDM no âmbito do RERAE – Regime Extraordinário de Regularização de Atividades Económicas com as alterações propostas quer no âmbito da consulta públicas, quer no âmbito dos estudos viários mais recentes, poderá constituir a versão final da proposta a ser submetida à Assembleia Municipal para aprovação.

O Técnico

□□□□/□□/□□

Rui Marrafa (Arqº)

ANEXO I

Publicação no Diário da República 2ª série de 21 de junho de 2018 através do Aviso nº 8443/2018

Aviso n.º 8442/2018

**Procedimento Concursal Comum, de recrutamento
para ocupação de um posto de trabalho,
para a Carreira e Categoria de Técnico Superior (Arquiteto)**

Em cumprimento do disposto no n.º 6 do Artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22/01, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 06/04, torna-se pública a Lista Unitária de Ordenação Final do Procedimento acima referenciado, aberto pelo aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 151, de 07/08/2017, a qual foi homologada por meu despacho datado de 24/05/2018.

Candidatos aprovados

Fernanda Maria Oliveira Freitas — 16,515 valores
João Neves de Oliveira — 15,130 valores
Maria Margarida da Rosa Margarido — 14,960 valores
Pedro Miguel Barreto Martins — 14,390 valores

MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

Aviso n.º 8443/2018

Abertura de discussão pública

Alteração pontual do PDM no âmbito do RERA — Regime Extraordinário de Regularização de Atividades Económicas

Fernando Pinto, presidente da Câmara Municipal de Alcochete, torna público que, de harmonia com o disposto no n.º 2 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 165/2014 de 5 de novembro e da deliberação tomada pela Câmara Municipal na sua reunião pública de 30 de maio de 2018, se encontra aberto o período de discussão pública pelo prazo de 15 dias úteis, a contar da publicação do presente no *Diário da República*, do procedimento de alteração do PDM no Parque Industrial do Batel, Alcochete e na CM 1004 (Estrada Real) — Pinheiro do Marco, Alcochete, na sequência de processos requeridos respetivamente por Baluarte L.^{da}

Diário da República, 2.ª série — N.º 118 — 21 de junho de 2018

17435

e Hortícolas Saturnino L.^{da}, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

Os procedimentos foram objeto de Declaração de Interesse Público Municipal por parte da Assembleia Municipal por deliberação respetivamente de 22 de setembro de 2015 e de 29 de fevereiro de 2016. A alteração ao PDM corresponde ao que foi deliberado em sede de Conferência Decisória realizada nos termos dos artigos 9.º, 10.º e 11.º do Decreto-Lei n.º 165/2014 de 5 de novembro, cujas atas estão juntas aos demais elementos do procedimento de alteração.

Mais torna público que os elementos do procedimento podem ser consultados na Divisão de Administração do Território Atividades Económicas e Comunicação (DATAEC) desta Câmara Municipal, nos dias úteis das 9:30h às 12:00h e das 14:30h às 17:00h, e na página do Município em www.cm-alcochete.pt.

Os interessados podem endereçar, dentro do prazo referido, o objeto da sua participação para a Câmara Municipal de Alcochete, largo de S. João, 2894-001 Alcochete, ou para o seguinte endereço de e-mail: dataec@cm-alcochete.pt.

Para constar, o presente vai ser fixado nos lugares de estilo, procedendo-se à sua publicação no *Diário da República*.

30 de maio de 2018. — O Presidente da Câmara, *Fernando Manuel Gonçalves Pina Pinto*.

311414344

torna-se público que foi homologada, por meu despacho datado de 08 de junho de 2018, a lista unitária de ordenação final dos candidatos, relativamente ao procedimento concursal comum para contratação em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, de um Técnico Superior/Jurista, aberto pelo aviso n.º 8856/2017, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 151, de 07 de agosto de 2017.

A lista unitária de ordenação final encontra-se afixada no átrio desta Câmara Municipal e disponível para consulta na página eletrónica da Câmara Municipal de Alfândega da Fé, no sítio (www.cm-alfandegadafe.pt).

8 de junho de 2018. — A Presidente da Câmara, *Dr.ª Berta Ferreira Milhetto Nunes*.

311416386

MUNICÍPIO DE ALIJÓ

Declaração de Retificação n.º 460/2018

Retificação do Regulamento n.º 270/2017 publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 198/2017, de 22 de maio

Por ter saído com inexatidão o Regulamento n.º 270/2017, do dia 22 de maio de 2017, referente à concessão de bolsas de estudo a estudantes

ANEXO II

Publicitação num jornal semanário de expansão regional: Diário da Região, de 29 de junho de 2018.

8 PUBLICIDADE

O DIÁRIO DE SETÚBAL

SÓTA-FEIRA
29/06/2018

Cartório Notarial da Lic. Maria José Catarino Castanho

Certifico para efeitos de publicação que por escritura de dezassete de Maio de dois mil e dezoito, lavrada a folhas cento e treze e seguintes do Livro de Notas para Escrituras Diversas, número Cento e Cinquenta e Dois — A, deste Cartório, MANUEL PAULOS DE SOUSA AMORIM, divorciado, residente no Sítio do Passil, em Alcochete e BRITES MARIA ALVES DA COSTA, divorciada, residente na Rua Professor Santos Nunes, número 31, 1.º esquerdo, em Alcochete, declararam que são donos e legítimos possuidores, em comum e partes iguais, com exclusão de outrem, dos seguintes prédios:

VERBA UM - Prédio urbano, composto por edifício de rés-do-chão direito e rés-do-chão esquerdo, destinado a arrecadação, com a superfície coberta de cento e trinta e seis metros quadrados, sito no Passil — Alcochete, freguesia e concelho de Alcochete, inscrito na respectiva matriz sob o artigo 2799, não descrito na Conservatória do Registo Predial de Alcochete.

VERBA DOIS - Prédio urbano, composto por edifício de rés-do-chão, destinado a habitação, com duas divisões para arrecadação, com a superfície coberta de cento e quarenta e quatro metros quadrados, sito no Passil, freguesia e concelho de Alcochete, inscrito na respectiva matriz sob o artigo 2953, não descrito na Conservatória do Registo Predial de Alcochete.

Os prédios urbanos atrás identificados encontram-se inscritos na matriz metade em nome de António Zeferino Vieira Amorim e metade em nome de Manuel Paulos de Sousa Amorim, ora justificante. Que, pretendendo efectuar o registo de aquisição dos prédios a seu favor, não dispõem de título formal para os registar na Conservatória competente. Que todavia, os ditos prédios lhe pertencem na sua totalidade, tendo vindo à posse dos ora justificantes ainda no estado de casados sob o regime da comunhão geral de bens, metade dos prédios atrás identificados nas verbas um e dois por doação de seus pais Manuel de Sousa Amorim e Maria Amélia de Jesus Paulo em mil novecentos e setenta e seis e a outra metade dos referidos prédios por compra a seu irmão e cunhada António Zeferino Vieira Amorim e Etelvina Rosa Aldéias Caeiro Amorim, em mil novecentos e oitenta e sete, não existindo títulos dessas transmissões por serem consequência de actos meramente verbais. Desde então os justificantes, entraram na posse e fruição dos referidos prédios, pagando as contribuições devidas, e praticando todos os actos inerentes à qualidade de proprietários, sendo reconhecidos por todos os vizinhos e pela população local como seus proprietários há mais de trinta anos, sem oposição de ninguém, sendo uma posse pacífica, contínua e pública. Que, dadas as enunciação características de tal posse, adquiriram os ditos prédios por usucapião, título este que por natureza, não é susceptível de ser comprovado pelos meios normais.

Alcochete, 17 de Maio de 2018

Maria José Catarino Castanho



MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

AVISO

ABERTURA DE DISCUSSÃO PÚBLICA

Alteração pontual do PDM no âmbito do RERA - Regime Extraordinário de Regularização de Atividades Económicas

Fernando Pinto, presidente da Câmara Municipal de Alcochete, torna público que, de harmonia com o disposto no n.º 2 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 165/2014 de 5 de novembro e da deliberação tomada pela Câmara Municipal na sua reunião pública de 30 de maio de 2018, se encontra aberto o período de discussão pública pelo prazo de 15 dias úteis, a contar da publicação do presente em Diário da República, do procedimento de alteração do PDM no Parque Industrial do Batel, Alcochete e na CM 1004 (Estrada Real) — Pinheiro do Marco, Alcochete, na sequência de processos requeridos respetivamente por Baluarte Lda. e Hortícolas Saturnino Lda., ao abrigo do Decreto-Lei n.º 165/2014 de 5 de novembro.

Os procedimentos foram objeto de Declaração de Interesse Público Municipal por parte da Assembleia Municipal por deliberação respetivamente de 22 de setembro de 2015 e de 29 de fevereiro de 2016. A alteração ao PDM corresponde ao que foi deliberado em sede de Conferência Decisória realizada nos termos dos art.ºs 9.º, 10.º e 11.º do Decreto-Lei n.º 165/2014 de 5 de novembro, cujas atas estão juntas aos demais elementos do procedimento de alteração.

Mais torna público que os elementos do procedimento podem ser consultados na Divisão de Administração do Território Atividades Económicas e Comunicação (DA-TAEC) desta Câmara Municipal, nos dias úteis das 9:30h às 12:00h e das 14:30h às 17:00h, e na página do Município em www.cm-alcochete.pt.

Os interessados podem endereçar, dentro do prazo referido, o objeto da sua participação para a Câmara Municipal de Alcochete, largo de S. João, 2894-001 Alcochete, ou para o seguinte endereço de e-mail: dataec@cm-alcochete.pt.

ANEXO III

Divulgação na página da internet do Município

The screenshot shows the official website of the Municipality of Alcochete. The header includes the municipality's logo, navigation links (MUNICÍPIO, VIVER, VISITAR, BALCÃO VIRTUAL), and a date stamp of September 11, 2018. A sidebar on the left lists various municipal services. The main content area features a news article titled "Alteração pontual ao PDM está em consulta pública" (PDM amendment is in public consultation), dated June 27, 2018. The article text discusses the public consultation process for a PDM amendment, mentioning the RERA E regime and the involvement of the Municipality of Alcochete. It also provides contact information for the Division of Administration of the Territory, Economic Activities and Communication (DATAEC).

Alteração pontual ao PDM está em consulta pública

27 junho 2018

Está em discussão pública, até ao próximo dia 6 de julho, o procedimento de alteração pontual do PDM no âmbito do RERA E – Regime Extraordinário de Regularização de Atividades Económicas na sequência de processos requeridos por Baluarte, Lda e Hortícolas Saturnino, Lda, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

Esta é uma alteração pontual no âmbito do RERA E, regime especial que obedece a determinadas normas ou procedimentos, sendo que um deles está relacionado com a definição de um conjunto de entidades que se pronunciam em relação às empresas em questão e verificar se tem condições para estar em atividade.

À Câmara Municipal de Alcochete chegaram 5 pedidos que tiveram previamente uma aprovação de reconhecimento de interesse público municipal, e nesta fase existem dois que já têm processo concluído e que podem ser enquadrados no PDM em vigor, nomeadamente, Baluarte, Lda e Hortícolas Saturnino, Lda.

"O PDM – Plano Diretor Municipal é atualmente o único instrumento de gestão do território que temos ao nosso dispor, e que está em vigor desde 1997. Aconselha-se que a revisão ocorra de 10 em 10 anos e de facto não houve revisão em 2007, não houve revisão em 2017 e haverá, digo eu com toda a convicção, revisão até 2020, sob pena de o Município deixar de poder concorrer aos fundos comunitários, porque uma das exigências do quadro comunitário é de facto estar em vigor o Plano Diretor Municipal", explicou o Presidente da Câmara, na reunião de câmara de 30 de maio, onde a proposta foi aprovada por unanimidade.

Os elementos do procedimento podem ser consultados na Divisão de Administração do Território Atividades Económicas e Comunicação (DATAEC), nos dias úteis das 9h30 às 12h00 e das 14h30 às 17h00.

Os interessados podem endereçar, dentro do prazo referido, o objeto da sua participação para a Câmara Municipal de Alcochete, Largo de S. João, 2894-001 Alcochete ou para o seguinte endereço de e-mail: datasac@cm-alcochete.pt

Aviso publicado em Diário da República

Atas das Conferências Decisórias no âmbito do RERA E

- Ata de Conferência Decisória – Baluarte
- Ata de Conferência Decisória – Hortícolas Saturnino, Lda

Informação técnica – Projeto de alteração ao PDM

- Localização – Extrato da Planta de Ordenamento
- Planta de Ordenamento Síntese
- Planta de Condicionantes

Edital n.º 59/2018 – Deliberações da reunião ordinária de 30 de maio de 2018

Parte da minuta da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Alcochete realizada em 30 de maio de 2018

ANEXO IV

Transcrição da participação apresentada por mail em sede de discussão pública

MUNICÍPIO DE ALCOCHETE
CÂMARA MUNICIPAL DE ALCOCHETE
Alteração pontual do PDM no Âmbito do RERA — Regime Extraordinário de
Regularização de Atividades Económicas
Período de Discussão Pública
Aviso n.º 8443/2018
(Participação em sede de discussão pública)

EXMO. SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA
MUNICIPAL DE ALCOCHETE

BALUARTE - SOCIEDADE DE RECOLHA E RECUPERAÇÃO DE DESPERDÍCIOS, LDA., atualmente designada por **SAICA NATUR PORTUGAL, LDA.** (vide a certidão permanente adiante junto, com o código n.º 1001-1116-0337), pessoa coletiva n.º **501160710**, com sede no Parque Industrial do Batel, Rua da Bracieira, 31, 2891-909 Alcochete, vem, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 12.º do Regime Excecional de Regularização de Atividades Económicas aprovado pelo Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, alterado pela Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, e no n.º 2 do artigo 6.º e nos n.º 3 e 4 do artigo 89.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), apresentar **observações e sugestões de alteração** à proposta de alteração discussão pública, o que faz nos termos e com os seguintes fundamentos:

I INTRODUÇÃO

1. A Requerente é a entidade gestora e exploradora de um dos estabelecimentos objeto de deliberação favorável à regularização proferida no âmbito da conferência decisória prevista no Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, alterado pela Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, e, portanto, uma entidade diretamente interessada no procedimento de alteração do PDM *supra* identificado.

2. Por esses motivos, a Requerente pretende, nos termos e para os efeitos do disposto no art. 6.º, n.º 2 e 89.º, n.º 3 e 4 do RJIGT, no âmbito da proposta de alteração do PDM, submeter à consideração dos órgãos e serviços competentes desta autarquia um conjunto de observações e sugestões de alteração ao projeto submetido a discussão pública.

a) ALTERAÇÃO DA DESIGNAÇÃO SOCIAL:

3. A Requerente **BALUARTE - SOCIEDADE DE RECOLHA E RECUPERAÇÃO DE DESPERDÍCIOS, LDA.** alterou, entretanto, após a data da deliberação de **28 de abril de 2016** proferida em conferência decisória no âmbito do pedido de regularização efetuado ao abrigo do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, a sua designação social para **"SAICA NATUR PORTUGAL, LDA."** (cfr. doc. n.º 1 que se junta), alteração essa que não tem qualquer implicação no presente procedimento de além do simples da retificação nova denominação social no Anexo I referido no artigo 3.º do projecto de alteração.

4. Assim sendo, **caso o referido Anexo I venha a ser mantido na proposta de alteração final a submeter a apreciação da Assembleia Municipal**, requer-se que seja promovido a atualização da designação social da Requerente que consta exarada no novo Anexo I a aditar ao regulamento do PDM, de forma a que onde se lê **"I - Empresa: Baluarte Lda."** se passa a ler **"I - Empresa: SAICA NATUR PORTUGAL, LDA."**

b) CONDICIONAMENTO APLICÁVEL AO SISTEMA DE PRÉ-TRATAMENTO DE ÁGUAS:

3. Por deliberação de **28 de abril de 2016** proferida em conferência decisória no âmbito do pedido de regularização efetuado ao abrigo do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, a obtenção do título definitivo para exercício da atividade foi condicionada literalmente à **"instalação de um sistema de pré-tratamento das águas pluviais potencialmente contaminadas antes da rejeição no meio hídrico (ainda que a mesma seja efetuada através do coletor público) e obtenção do respetivo título de utilização dos recursos hídricos"** (cfr. doc. n.º 2).

4. O Despacho n.º 4675/2017, que declarou de relevante interesse público a regularização de área impermeabilizada para armazenamento de resíduos processados e impermeabilização de área para circulação de viaturas do estabelecimento da Requerente foi condicionado literalmente “*condicionado à implementação de um sistema de retenção e destino final adequado dos líquidos e águas residuais a fim de assegurar a não contaminação dos solos, a construir no prazo máximo de seis meses*” (cfr. doc. n.º 3).

5. O projeto de alteração do PDM submetido a discussão pública prevê no ora aditado Anexo I “*é admissível a utilização do espaço de logradouro como área impermeabilizada afeta à atividade industrial, incluindo sistemas de pré-tratamento das águas pluviais potencialmente contaminadas antes da rejeição no meio hídrico, em conformidade com o Despacho n.º 4675 /2017 publicado no DR – 2ª série de 30 de maio de 2017 nos solos sujeitos ao Regime Jurídico da RAN*”.

6. Entretanto, a Requerente, para cumprimento do condicionamento referido no Despacho n.º 4675/2017, requereu e obteve o licenciamento municipal necessário à impermeabilização da área de circulação e à implementação de um sistema de retenção e destino final adequado dos líquidos e **águas residuais** a fim de assegurar a não contaminação dos solos, tendo promovido a sua construção no prazo máximo de seis meses concedido.

7. A Requerente, para cumprimento do condicionamento referido na deliberação de **28 de abril de 2016** proferida em conferência decisória em matéria de utilização dos recursos hídricos, requereu em **20 de novembro de 2017** a emissão do título de utilização dos recursos hídricos para rejeição de **águas residuais** quanto ao sistema de pré-tratamento das águas pluviais potencialmente contaminadas (“*separador de hidrocarbonetos*”) (cfr. doc. n.º 4).

8. Apesar de não existir uma contradição entre os vários documentos citados – o que sucede, é que as “**águas pluviais**” recolhidas no “separador de hidrocarbonetos” e provenientes da área impermeabilizada se transformam em “**águas residuais**” a rejeitar nos coletores municipais e, posteriormente, no meio hídrico – a Requerente teme que essas pequenas “minudências” e “divergências literais” possam conduzir a uma interpretação do PDM que possa colocar em perigo a regularização das instalações e a obtenção do título definitivo para exercício da atividade da competência desta entidade, até porque, após a aprovação, o diploma aprovado liberta-se de qualquer intenção subjetiva dos seus autores ficando sujeita à subjetividade daqueles que o venham a interpretar.

9. Assim sendo, preferencialmente, para evitar interpretações ambíguas, a melhor solução passaria por eliminar no referido Anexo I todo o parágrafo que começa por “*Disposições aplicáveis por Deliberação de Conferência Decisória...*” e reformulado o atual n.º 2, fazendo uma simples remissão para as “condições impostas na respectiva conferência decisória”. Nessa perspetiva, o novo artigo 20.º-A do regulamento do PDM passaria a adotar apenas a seguinte redação:

«Artigo 20.º-A (Regularização das atividades económicas)

1 – São admitidas as operações urbanísticas que se enquadrem no regime excepcional de regularização de atividades económicas e cujas atividades económicas tenham obtido deliberação favorável ou favorável condicionada na conferência decisória prevista no Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, alterado pela Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, independentemente da classe e qualificação do solo aplicável, da categoria de espaço onde se localizem e das disposições aplicáveis constantes do presente regulamento e no estrito cumprimento das condições impostas na respectiva conferência decisória.

2 – Aos processos de regularização, alteração ou de ampliação submetidos nos termos do quadro legislativo referido no número anterior para os quais a deliberação da conferência decisória seja favorável ou favorável condicionada, aplicam-se as prescrições e condicionamentos exarados na deliberação respetiva.

3 – Os processos de regularização, alteração e/ou ampliação elencados no Anexo I, são identificados com o mesmo número de ordem nas plantas de ordenamento e de condicionantes do plano diretor municipal.»

10. A não ser possível a alteração referida no número anterior, requer-se que, pelo menos, o ponto I. do novo Anexo I a aditar ao regulamento do PDM seja reformulado na parte que diz respeito às “Disposições aplicáveis por Deliberação de Conferência Decisória” de forma prevenir interpretações ambíguas e a se conformar de forma mais perfeita com os condicionamentos referido na deliberação de **28 de abril de 2016** (cfr. doc. n.º 2) nos seguintes termos:

«*Disposições aplicáveis por Deliberação de Conferência Decisória: é admissível a edificação, a utilização, e a afetação, total ou parcial, na área que compõe polígono do estabelecimento delimitado pelas coordenadas referidas no presente anexo à atividade económica objeto de regularização desde que:*

a) A área afeta à atividade económica seja impermeabilizada ou, em alternativa, sejam adotadas soluções técnicas que impeçam episódios de contaminação do solo e do meio hídrico;

b) Seja implementado um sistema de pré-tratamento de águas potencialmente contaminadas antes da sua rejeição e seja obtida, quando aplicável nos termos da legislação aplicável, o respetivo título de utilização dos recursos hídricos.»

c) ÂMBITO E APLICAÇÃO NO TEMPO:

11. A intenção desta autarquia, se bem a compreendemos, é que esta alteração acautele as situações para as quais já se tenha obtido deliberação favorável ou favorável condicionada na conferência decisória prevista no Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro (**eficácia retroativa ou ex tunc**), bem como, as situações em que essa deliberação ainda venha a ser obtida no futuro (**eficácia para o futuro ou ex nunc**), sem necessidade de se promover mais alterações ao disposto no PDM.

12. Ora, para que não se suscitem dúvidas sobre a pretendida **eficácia retroativa e para futuro** será aconselhável aperfeiçoar o projetado artigo 5.º das alterações, por forma inclusive, a que não se suscitem dúvidas quanto à sua aplicação ao procedimento de licenciamento de gestão de resíduos atualmente em curso nos serviços da CCDR-LVT (por regra geral, os diplomas legais e regulamentares já dispõe para o futuro, contudo, só terão eficácia retroativa se a mesma for prevista expressamente, vide o artigo 12.º, n.º 1 do Código Civil). Nessa perspetiva, o artigo 5.º do diploma preambular, “aplicação no tempo”, passaria a adotar a seguinte redação:

«Artigo 5.º

Aplicação no tempo

1. As alterações ao plano diretor municipal aprovadas através do presente diploma são aplicáveis às construções e usos já existentes ou a construir no interior dos polígonos dos estabelecimentos com deliberação favorável ou favorável condicionada já proferida em conferência decisória à data da sua entrada em vigor.
2. As alterações ao plano diretor municipal aprovadas através do presente diploma são aplicáveis às construções e usos já existentes ou a construir no interior dos polígonos dos estabelecimentos com deliberação favorável ou favorável condicionada a proferir em conferência decisória após a data da sua entrada em vigor.
3. As alterações ao plano diretor municipal aprovadas através do presente diploma são aplicáveis aos procedimentos em curso à data da sua entrada em vigor e aos iniciados após esta data.»

c) RENUMERAÇÃO DO ARTICULADO:

13. Por último, importa ainda renumerar os artigos do diploma preambular porquanto, certamente por lapso de escrita, a numeração do artigo 3.º foi repetida. Nestes termos e nos demais de direito aplicáveis, deve a presente reclamação ser considerada procedente e, em consequência, deverá a proposta de alteração ao PDM ser objeto de reformulação de forma a salvaguardar-se os direitos constituídos a favor da Requerente, com as devidas consequências legais.

Cumpra ainda esclarecer que, nos termos do artigo 89.º, n.º 3 e 4 do RJIGT a câmara municipal responsável pela elaboração do plano tem o dever de ponderar “as reclamações, observações, sugestões e pedidos de esclarecimento apresentados pelos particulares, ficando obrigada a resposta” **escrita** “fundamentada perante aqueles que invoquem, designadamente: (...) d) A eventual lesão de direitos subjetivos”.

Mais requer, que eventuais notificações a realizar no âmbito do presente processo sejam efetuadas para o escritório e na pessoa do mandatário e signatário do presente requerimento de acordo com a procuração que ora se junta ao processo administrativo (cfr. Artigo 111.º do novo Código de Procedimento Administrativo aprovado pelo Decreto-lei n.º 4/2105, de 7 de janeiro).

Junta: procuração forense e 4 documentos.

Pede deferimento,

Lisboa, 12 de julho de 2018

O ADVOGADO,